

**Processo** : TC-004499.989.23  
**Entidade** : Prefeitura Municipal de Olímpia  
**Assunto** : Contas Anuais  
**Período**  
**Examinado** : 1º Semestre de 2023  
**Prefeito** : Fernando Augusto Cunha  
CPF nº : 018.739.748-17  
Período : 01/01/2023 a 28/04/2023 e 14/05/2023 a 30/06/2023  
**Substituto** : Fábio Martinez  
CPF nº : 202.689.088-93  
Período : 29/04/2023 a 13/05/2023  
**Relatoria** : Dr. Dimas Ramalho  
**Instrução** : UR-08 / DSF-I

**Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,**

O presente relatório trata do acompanhamento periódico das Contas da Prefeitura Municipal em tela, selecionada pelo sistema *Águila* deste Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), com base em critérios específicos previamente estabelecidos, para ser fiscalizada remotamente, neste período, em conformidade com a Ordem de Serviço SDG nº 01/2023.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação dos responsáveis pelas contas em exame, conforme retro (**Arquivos 01/03 deste Evento**). As respectivas declarações de atualização cadastral (CadTCESP) estão colacionadas no **Arquivo 04 deste Evento**.

A partir do diagnóstico preliminar apresentado abaixo, a Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos de análises de conformidade e de resultado operacional do período, destacando-se a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;

2. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
3. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AudeSP, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
4. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste Tribunal de Contas;
5. Análise, baseada em amostragem, do planejamento orçamentário/financeiro (Plano Plurianual-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e Lei Orçamentária Anual-LOA), assim como do planejamento setorial (Planos Municipais);
6. Relatórios de fiscalizações ordenadas (TC-007511.989.23);
7. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
8. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

Os resultados apresentam-se no presente relatório, antecedido pelo planejamento que indicou a necessária extensão dos exames.

## **PERSPECTIVA A: ASPECTOS PRELIMINARES DE INTERESSE**

### **A.1. ÍNDICES E INDICADORES DA GESTÃO MUNICIPAL**

Consignamos as informações preliminares sobre o Município que auxiliaram no planejamento da presente fiscalização.



DESCRIÇÃO	DADOS	ANO DE REFERÊNCIA
População <sup>1</sup>	55.075 pessoas	2022
Densidade demográfica <sup>1</sup>	68,62 habitantes/km²	2022
Extensão territorial <sup>1</sup>	802,555 km²	2022
Atividade econômica predominante <sup>2</sup>	Serviços	2020
Arrecadação Municipal <sup>3</sup>	R\$ 367.270.939,01	2022
Receita Corrente Líquida-RCL <sup>3</sup>	R\$ 309.304.763,66	2022

<sup>1</sup> Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, dados de Panorama: População e Território, e Pesquisas: Produto Interno Bruto dos Municípios (disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>; acesso em: 31.jul.2023).

<sup>2</sup> Fonte: SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (vincula à Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo), Banco de Dados de Informações dos Municípios Paulistas (disponível em: <https://municipios.seade.gov.br/economia/>; acesso em: 31.jul.2023).

<sup>3</sup> Fonte: Demonstrativo da RCL do último quadrimestre do ano de referência, disponível no Sistema Audesp, e Relatório de Instrução de dezembro do exercício em exame do Portal da Transparência Municipal do TCESP (disponível em: <https://transparencia.tce.sp.gov.br/>; acesso em: 31.jul.2023).

O Município possui, ainda, a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), após validação da Fiscalização:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
<b>IEG-M</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>B</b>
i-Planejamento	B	C+	C	C+
i-Fiscal	B+	B	B+	B
i-Educ	B	B	B	C+
i-Saúde	B+	B	B	B
i-Amb	C+	B	C	C+
i-Cidade	B	C+	B	C+
i-Gov-TI	B	B	C+	C+

## A.2. HISTÓRICO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DA GESTÃO MUNICIPAL

Demonstramos a síntese do apurado pela Fiscalização nos 2 (dois) últimos exercícios:

ITENS	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2022
CONTROLE INTERNO	PARCIALMENTE REGULAR	PARCIALMENTE REGULAR
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício	8,10%	-5.64% <sup>1</sup>
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	8,26%	16,04%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	DESFAVORÁVEL	DESFAVORÁVEL
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	SIM	SIM

<sup>1</sup> O Déficit da Execução Orçamentária está amparado em superávit financeiro anterior.

PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	SIM	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	SIM	SIM
ENCARGOS - Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	SIM	SIM
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	SIM	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	33,56%	35,08%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 42 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF)?	PREJUDICADO	PREJUDICADO
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21 da LRF?	SIM	SIM
ENSINO - Aplicação na Educação - artigo 212 da Constituição Federal-CF (Limite mínimo de 25%)	26,21%	27,09%
ENSINO: Fundeb <sup>2</sup> aplicado (Limite mínimo): profissionais da educação básica em efetivo exercício (70%)	80,60%	77,73%
ENSINO - Recursos Fundeb aplicados no exercício	94,22%	95,88%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual do montante recebido no exercício examinado, foi aplicada até o exercício seguinte, sendo até 10% do recebido, com prazo até 30/04/2022 e 2023?	PARCIAL <sup>3</sup>	SIM
SAÚDE - Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%)	24,86%	22,72%
Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	NÃO	NÃO

A Prefeitura analisada obteve, nos três últimos exercícios apreciados, os seguintes **Pareceres** de suas Contas:

Exercícios	Processos	Trânsito em julgado	Pareceres	Principais itens que ensejaram o parecer desfavorável
2020	003238.989.20	15/12/2022	Favorável com recomendações	-
2019	004890.989.19	13/08/2021	Favorável com recomendações e determinações	-
2018	004549.989.18	25/02/2021	Favorável com recomendações	-

<sup>2</sup> Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

<sup>3</sup> Houve a aplicação de todo o saldo diferido até 30/04/2022, porém houve erro de contabilização no valor de R\$ 125.465,41, que não foi computado com despesa de 2021, mas sim de 2022.

### A.3. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

As denúncias / representações / expedientes serão tratados no fechamento do exercício em exame, tendo em vista que, no momento, não concluímos a análise da matéria.

### A.4. FISCALIZAÇÕES ORDENADAS DO PERÍODO

No período em exame, foram realizadas as seguintes fiscalizações ordenadas:

Mês: 03	Tema: Estratégia Saúde da Família
Fiscalização Ordenada nº	I / 2023, de 30 de março de 2023 – “ESF Dr. Custódio Ribeiro de Carvalho”.
TC e evento da juntada	TC-007511.989.23, Eventos 8.1 e 8.2.
Irregularidades verificadas:	<ul style="list-style-type: none"><li>- Não há mapa de abrangência com a cobertura de cada equipe em local visível próximo a entrada da Unidade de acordo com a Portaria de Consolidação nº 2 de 2017;</li><li>- O Carrinho de emergência estava sem o lacre numerado;</li><li>- A Unidade não efetua registro de controle e testagem diário do Carrinho de emergência;</li><li>- A Unidade não possui certificado de calibração “vigente” do Desfibrilador;</li><li>- A metodologia de verificação da temperatura e umidade não está definida em um procedimento operacional padrão (POP), em detrimento ao disposto no artigo 35, §5º do RDC Anvisa nº 44, de 2009;</li><li>- Não estavam armazenados em gavetas, prateleiras ou suporte equivalente, afastados do piso, parede e teto, em detrimento ao disposto no artigo 36 do RDC Anvisa nº 44, de 2009;</li><li>- Há falta de Pílula (anticoncepcional oral);</li><li>- Há falta de Preservativo feminino;</li><li>- Houve caso de SÍFILIS CONGÊNITA nos últimos três anos;</li><li>- O percentual de problemas de saúde solucionados pela ESF sem encaminhamento a outro nível do sistema de atenção à saúde não é mensurado;</li><li>- A Unidade não efetua registro de dados sobre “Número de atendimentos não agendados” ou “extras”;</li><li>- A Unidade não efetua registro de dados sobre “Fila e tempo de espera para atendimento, exames, medicamentos e/ou vacinas”.</li></ul>

Assinalamos que notificada a apresentar esclarecimentos sobre os apontamentos anotados pela Fiscalização e informar quais providências adotadas com o objetivo de sanar as ocorrências registradas (Evento 12.1 – TC-007511.989.23), a Origem apresentou justificativas inseridas nos Eventos

31.1/31.3 do TC-007511.989.23 que serão objeto de verificação pela Fiscalização no fechamento do exercício em exame.

Mês: 06	Tema: Resíduos Sólidos
Fiscalização Ordenada nº	III / 2023, de 27 de junho de 2023.
TC e evento da juntada	TC-007511.989.23, Eventos 34.1 e 34.2.
Irregularidades verificadas:	<ul style="list-style-type: none"><li>- O Município não definiu a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, em desconformidade ao art. 8º, § 5º, da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;</li><li>- O Município não regulamentou o sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos;</li><li>- O Município não possui coleta seletiva de resíduos sólidos;</li><li>- Existem pontos de descarte irregular de lixo no Município;</li><li>- Antes de aterrar o lixo, o Município não realiza algum tipo de processamento de resíduo;</li><li>- Não existe monitoramento do aterro sanitário desativado;</li><li>- Não foi elaborado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde;</li><li>- Os resíduos da Construção Civil não são reutilizados, reciclados ou encaminhados para área de aterro de resíduos da construção civil devidamente licenciada em desconformidade à Resolução CONAMA nº 307/2002;</li><li>- Os resíduos da Construção Civil Classe A são destinados, indevidamente, a área não licenciada, onde também há disposição de resíduos da limpeza urbana e de resíduos volumosos.</li></ul>

Assinalamos que notificada a apresentar esclarecimentos sobre os apontamentos anotados pela Fiscalização e informar quais providências adotadas com o objetivo de sanar as ocorrências registradas (Evento 38.1 – TC-007511.989.23) a Origem solicitou prorrogação de prazo (Evento 59.1 - TC-007511.989.23), assim, possíveis esclarecimentos e/ou providências serão objeto de verificação pela Fiscalização no fechamento do exercício em exame.

#### A.5. FISCALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

No período analisado foram encontradas ocorrências dignas de nota.

O sistema de controle interno da Prefeitura é regulamentado pela Lei Municipal nº 4.571, de 16 de dezembro de 2020, que em seus artigos 13 a 27 normatiza o funcionamento da Controladoria Geral do Município e contém outros dispositivos sobre o tema.

No período fiscalizado, a função de Controlador foi exercida pelo

servidor Caique Alexandre de Oliveira Borba, ocupante do cargo efetivo de Administrador Público I, designado pela Portaria nº 51.525, de 11 de agosto de 2021.

Constatamos a elaboração de relatório quadrimestral abordando itens relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial (**Arquivo 05 deste Evento**) que, em conclusão, não vislumbra ocorrências relevantes que merecessem remessa a este e. Tribunal de Contas, no entanto, foram submetidos à análise e ciência do Chefe do Poder Executivo (**Fls. 42 do Arquivo 05 deste Evento**).

Verificamos ainda a ausência de atuação do controlador interno nos exames das compras, aquisições e contratações de obras e serviços, tais como licitações, dispensas, inexigibilidade e contratos, pois nos relatórios supracitados não há qualquer análise sobre esses assuntos.

Notamos ainda que no relatório do Controlador não há menção ao acompanhamento das incorreções, determinações e recomendações contidas nos relatórios do Tribunal de Contas.

Outrossim, verificamos que o Controle Interno não elaborou o Plano Operativo Anual patrimonial (**Arquivo 06 deste Evento**). Instrumento previsto no § 1º, art. 67 das Instruções n.º 01/2020 deste E. Tribunal de Contas, o Plano Operativo Anual, segundo o Manual do Controle Interno disponibilizado por este e. Tribunal de Contas<sup>4</sup> (2022, págs. 27/28), é um dos fatores, senão o mais importante de todos, para o planejamento do controle interno.

Assim, diante do exposto, entendemos que o sistema de controle interno está cumprindo parcialmente as suas funções institucionais previstas nos artigos 31 e 74 da Constituição Federal.

## A.6. OBRAS PARALISADAS<sup>5</sup>

Tendo em vista informações fornecidas pela Origem (**Arquivo 07 deste Evento**) e as verificações efetuadas no período em exame, constatamos a inexistência de obras paralisadas no Município.

<sup>4</sup> Disponível no link: <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/Manual%20de%20Controle%20Interno.pdf>. Consulta em: 08/08/2023.

<sup>5</sup> Disponível em: [https://paineldeobras.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3AObra%3Apainel\\_obras.wcdf/generatedContent?userId=anony&password=zero](https://paineldeobras.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3AObra%3Apainel_obras.wcdf/generatedContent?userId=anony&password=zero). Acesso em: 08/08/2023.

## PERSPECTIVA B: FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Na fiscalização operacional realizada no período, observamos ocorrências dignas de nota nos itens abaixo descritos:

### B.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M)

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstra pequena evolução, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Planejamento	B	C+	C	C+

De plano, consignamos que as notas “**C+/C**” obtidas nos três últimos exercícios avaliados, evidenciam a **necessidade** de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população.

No exame do planejamento de políticas públicas do Município apuramos as seguintes ocorrências:

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (Lei Municipal nº 4.793, de 10 de agosto de 2022), em seu artigo 16º - Inciso III (**Arquivo 08 deste Evento**), bem como a Lei Orçamentária Anual - LOA (Lei Municipal nº 4.832, de 09 de novembro de 2022), em seu artigo 7º (**Arquivo 09 deste Evento**), estabelecem autorizações para aberturas de créditos adicionais suplementares, bem como para a realização de remanejamentos, transposições e transferências de recursos até o limite de 15% da Receita estimada do orçamento.

Verificamos que a inflação acumulada dos 12 meses anteriores ao prazo para o encaminhamento da LOA ao Legislativo Municipal (julho/2021 a junho/2022) foi de 11,89%<sup>6</sup>.

Assim, tendo em vista o exposto acima, entendemos que essas previsões de alterações orçamentárias em patamar superior à inflação do

---

<sup>6</sup> Conforme série histórica do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo IBGE, disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=downloads> – Consulta em 01/08/2023.

período caracterizam insuficiente planejamento orçamentário, bem como desatendem às recomendações desta E. Corte expedidas na ocasião da emissão dos pareceres relativos às contas de 2018 (TC-004549.989.18), 2019 (TC-004890.989.19) e 2020 (TC-003238.989.20), D.O.E de 25/02/2021, 13/08/2021 e 21/10/2022 respectivamente.

Verificamos o Plano Plurianual (PPA) para o período 2022/2025, instituída por meio da Lei Municipal nº 4.648, de 25 de agosto de **2021 (Arquivo 10 deste Evento)**, bem como a LDO e a LOA para o exercício de 2023 **(Arquivos 08/09 deste Evento)** e constatamos que os indicadores da maioria dos Programas e Ações Governamentais estão apresentados com metas em “percentuais”.

A previsão de metas de Programas e Ações baseada unicamente em “percentual” (sem a apresentação da sua correspondente meta física mensurável de forma “unitária” na fase de diagnóstico) pode comprometer a verificação dos resultados alcançados e do atendimento às demandas sociais, subjacentes aos percentuais informados, eis que não são apresentados os numeradores e denominadores (que, no caso, correspondem aos “resultados alcançados” e às “demandas sociais”), deixando de dar efetivo cumprimento ao artigo 165, §1º, da Constituição Federal.

Neste cenário, a fiscalização fica impossibilitada de constatar se em cada programa existe uma relação consistente de causa e efeito entre o problema, o objetivo, o indicador, o conjunto das ações e as metas a serem alcançadas.

As referidas dificuldades enfrentadas pela fiscalização ficam evidentes com a análise das peças de planejamento para o exercício de 2023, nas quais verificamos: a ausência de indicadores mensuráveis, fixação de dotações irrisórias, que não se coadunam com o objetivo estabelecido, além da incompatibilidade entre os valores previstos nas peças orçamentárias, conforme exemplificado a seguir:

Programa: 0002 - ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO		
Ação: 2.003 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO – Tipo: Atividade		
Objetivo: VIABILIZAR A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, DAR DINAMISMO À IMPRENSA COM A FINALIDADE DE CUMPRIR O PRINCÍPIO DE PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E DESENVOLVER PROPAGANDAS INSTITUCIONAIS, VISANDO À INTEGRAÇÃO DA POLÍTICA E ATIVIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NESSA ÁREA		
Justificativa: CUMPRIR O PRINCÍPIO DE PUBLICIDADE DOS ATOS PÚBLICOS		
Unidade de Medida: PERCENTUAL – 100%		
PPA-2023 (Inicial)	LDO-2023	LOA
R\$ 55.000,00 <b>(Fls. 07 do Arquivo 10 deste Evento)</b>	R\$ 980.000,00 <b>(Fls. 14 do Arquivo 08 deste Evento)</b>	R\$ 1.316.000,00 <b>(Fls. 12 do Arquivo 09 deste Evento)</b>

Programa: 0006 - CORPO DE BOMBEIROS		
Ação: 1.002 - OBRAS E INSTALAÇÕES – Tipo: Projeto		
Objetivo: CONSISTE NA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE DEFESA CIVIL, PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS, BUSCAS, SALVAMENTOS E SOCORROS PÚBLICOS NO ÂMBITO DE SUAS RESPECTIVAS UNIDADES FEDERATIVAS		
Justificativa: MANTER A CORPORACÃO ESTRUTURADA		
Unidade de Medida: PERCENTUAL – 100%		
PPA-2023	LDO-2023	LOA
R\$ 5.000,00 (Fls. 11 do Arquivo 10 deste Evento)	R\$ 5.000,00 (Fls. 18 do Arquivo 08 deste Evento)	R\$ 5.000,00 (Fls. 16 do Arquivo 09 deste Evento)

Programa: 0010 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		
Ação: 2.026 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL IDOSO		
Objetivo: CAPTAR RECURSOS E FINANCIAR PROJETOS COMPLEMENTARES E/OU INOVADORES AS POLÍTICAS PÚBLICAS EXISTENTES DIRECIONADOS A POPULAÇÃO IDOSA DO MUNICÍPIO		
Justificativa: GARANTIR A PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, CONFORME DETERMINA O ESTATUTO DO IDOSO		
Unidade de Medida: PERCENTUAL – 100%		
PPA-2023	LDO-2023	LOA
R\$ 1.500,00 (Fls. 18 do Arquivo 10 deste Evento)	R\$ 1.500,00 (Fls. 27 do Arquivo 08 deste Evento)	R\$ 1.500,00 (Fls. 20 do Arquivo 09 deste Evento)

## B.2. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M)

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstra involução, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Educ	B	B	B	C+

De plano, consignamos que a nota “**C+**” obtida no último exercício avaliado, evidencia a **necessidade** de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população.

No exame operacional de políticas públicas do Município apuramos as seguintes ocorrências:

Requisitada quanto às vagas escolares no período em exame, a Origem informou que supriu a demanda em todos os níveis de educação municipal, ressaltando que em algumas situações o responsável legal não se interessa pela oferta de vaga de creche na escola que é oferecida (**Arquivo 11 deste Evento**).

Com base nos dados carregados junto à Origem (**Arquivos 11/12 deste Evento**), é informado um superávit de 46 vagas de Creche, no entanto, constatamos demanda reprimida na rede municipal de ensino até 30/06/2023, conforme abaixo:

NÍVEL	DEMANDA POR VAGAS	OFERTA DE VAGAS	RESULTADO
Ens. Infantil (Creche)	1463	1509	46

(Arquivo 11 deste Evento)

No total de 1463 de vagas demandadas, entendemos que estão incluídas 342 matrículas iniciais em lista de espera a seguir detalhadas (**Arquivo 12 deste Evento**):

Unidade Escolar	Etapas	Matrículas Iniciais	Transferências	Total	Fls.
- EMEB Dona Benta	Berçário I	04	00	04	02
	Berçário II	01	01	02	03
- EMEB Tio Barnabé	Berçário I	14	01	15	04/07
	Berçário II	19	03	22	08/12
	Maternal I	24	11	35	13/20
	Maternal II	01	00	01	21
- EMEB Narizinho	Berçário I	05	00	05	22
	Berçário II	04	00	04	23
	Maternal I	11	04	15	24/25
	Maternal II	04	03	07	26
- EMEB Pedrinho	Berçário I	03	00	03	28
- EMEB Visconde de Sabugosa	Berçário I	01	01	02	29
	Berçário II	00	02	02	30
- EMEB Marquês de Rabicó	Berçário I	10	01	11	31/32
	Berçário II	19	06	25	33/36
	Maternal I	13	08	21	37/40
	Maternal II	09	08	17	41/43
	Berçário II	21	00	21	44/46
- EMEB Tia Nastácia	Berçário I	08	02	10	47
	Berçário II	31	07	38	48/51
	Maternal I	16	08	24	52/54
	Maternal II	06	04	10	55
- EMEB Emília	Berçário I	01	00	01	56
	Berçário II	11	01	12	57/58
	Maternal I	21	00	21	59/60
	Maternal II	00	01	01	61

- Cidade Imaculada (Entidade do 3º Setor – Convênio)	Berçário I	16	07	23	62/63
	Berçário II	05	07	12	64/65
	Maternal I	04	13	17	66/67
	Maternal II	02	06	08	68
- Cidade Mirim de São João Batista (Entidade do 3º Setor – Convênio)	Berçário II	09	00	09	69
	Maternal I	01	02	03	70
	Maternal II	03	05	08	71
- Instituto "Santa Filomena" de Proteção ao Menor (Entidade do 3º Setor – Convênio)	Berçário I	12	02	14	72/73
	Berçário II	13	04	17	74/75
	Maternal I	11	12	23	76/77
	Maternal II	09	11	20	78/79
<b>TOTAL</b>		<b>342</b>	<b>141</b>	<b>483</b>	

Pelo exposto acima, muito embora a Origem tenha informado um superávit de 46 vagas, verificamos um déficit de 483 vagas ofertadas, relativo a listas de espera com 342 vagas para matrículas iniciais e 141 vagas para transferências para ensino infantil (creche), que entendemos indicarem, por parte do Executivo Municipal, a necessidade de um melhor estudo e distribuição das vagas por áreas do município, bem como a construção de novas creches e/ou ampliação de novas salas em bairros com maiores demandas.

A Prefeitura contemplou na LOA 2023, a previsão de reforma/ampliação/construção de creches (Programa 00022 – Creches Municipais / Ação 1008 – Reforma e Ampliação de Prédio), o montante inicial de R\$ 1.600.000,00, mais suplementações que resultaram num acréscimo de R\$ 1.870.000,00 (116,875% da Dotação Inicial) e no montante atualizado total de R\$ 3.470.000,00, porém, o investimento na execução destas obras até 30/06/2023 foi de R\$ 1.200.212,09, que corresponde a 34,59% da dotação orçamentária atualizada (**Fls. 01 do Arquivo 13 deste Evento**). Destacamos que o valor total executado/liquidado foi exclusivamente para a conclusão da obra de construção da Unidade Escolar do Jardim Maranata (**Fls. 02 do Arquivo 13 deste Evento**). Conforme notícia veiculada na internet pelas mídias locais, a referida obra, nova sede da EMEB Pedrinho, foi inaugurada em 01/03/2023 e contará inicialmente com 100 (cem) alunos da modalidade creche (**Arquivo 14 deste Evento**).

Requisitada, além da supracitada inauguração, a Origem declarou que existem programas e ações previstos de obras e instalações para reforma e ampliação de prédios da rede de educação infantil e educação fundamental (**Arquivo 11 deste Evento**).

Avançando nas análises dos investimentos em infraestrutura nas unidades escolares (obras e reformas), que refletem na qualidade de recursos escolares oferecidos aos alunos, procedemos, sob o princípio da amostragem, à fiscalização *in loco*, visita em 25/05/2023, conforme a seguir constatado:

- EMEB Professora Zenaide Rugai Fonseca, constatamos as seguintes ocorrências:

**Item 01 – Não há placa de identificação na fachada/entrada**



**Item 02 – Paredes externas com umidade por gotejamento de condensadoras de condicionadores de ar**



**Item 03 – Parede próxima aos banheiros danificada**



**Item 04 – Paredes do refeitório danificadas e parte sem revestimento de azulejo**

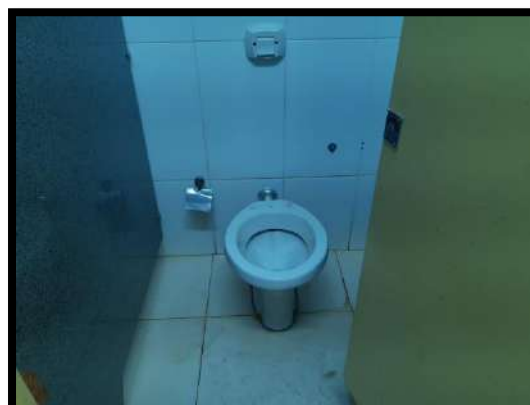




**Item 05 – Piso de pátio coberto com desgaste nas bordas e fissuras**



**Item 06 – Falta de tampa nos vasos sanitários nos banheiros**





**Item 07 – Bancada de pia quebrada**



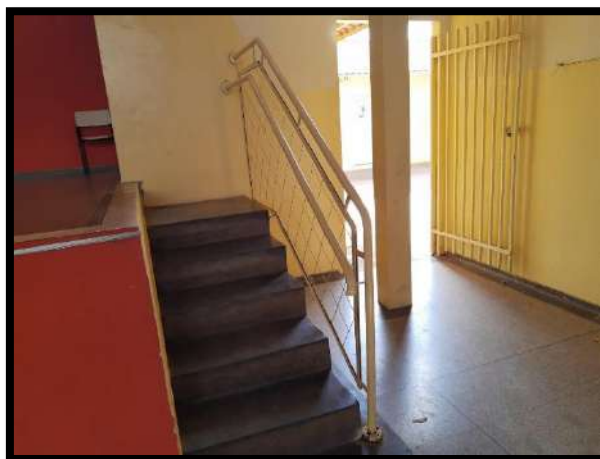
**Item 08 – Forro na sala de aula com buracos**



**Item 09 – Tabela de basquete e trave de gol desgastados e danificados;  
piso de quadra com pintura desbotada**



**Item 10 - Escada de acesso ao palco do pátio interno com corrimão solto**





**Item 11 - Paredes internas e externas desgastadas e descascadas**





**Item 12 - Portas de salas de aulas danificadas e portas de banheiros enferrujadas**





**Item 13 - Divisórias em pedra de box de banheiros ausentes/quebradas**



**Item 14 - Vidros de janelas quebrados**



**Item 15 - Cobertura da quadra poliesportiva sem proteção contra aves e quadra com seus dejetos orgânicos**



**Item 16 - Bancos do refeitório danificados**

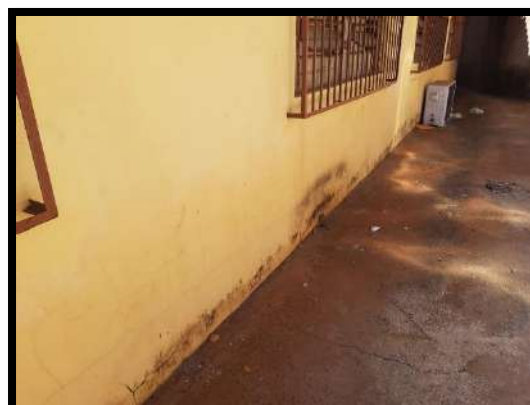


- EMEB Jardim Hélio Cazarini constatamos as seguintes ocorrências:

**Item 01 - Identificação da Unidade:**



**Item 02 - Paredes externas com pinturas desgastadas, descascadas e sinais de infiltrações:**

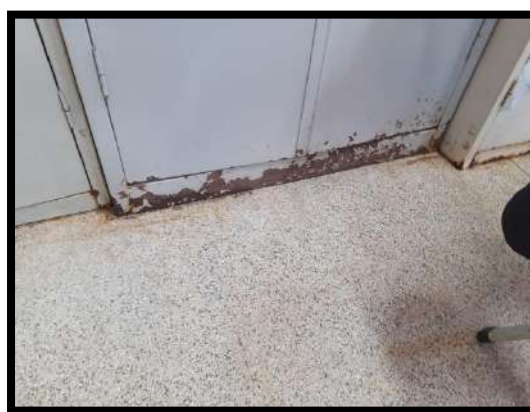




**Item 03 - Paredes internas de salas de aula trincadas, pinturas desgastadas e descascadas:**



**Item 04 - Portas e armários de salas de aula danificados e enferrujados:**



- EMEB Prof. José Sant'anna constatamos as seguintes ocorrências:

**Item 01 - Identificação da Unidade:**



**Item 02 - Paredes internas e externas descascadas e com sinais de infiltrações:**







- EMEB Tia Nastácia constatamos as seguintes ocorrências:

**Item 01 - Identificação da Unidade:**



**Item 02 - Paredes externas com pinturas descascadas e sinais de infiltrações:**





**Item 03 - Pisos cerâmicos do pátio coberto quebrados e trincados:**





**Item 04 - Porta danificada e armário de sala de aula enferrujado:**



Observamos, conforme ata da Reunião Extraordinária entre os Conselhos de Alimentação Escolar-CAE e Conselho Municipal de Educação-CME realizada em 22/05/2023, que o CAE apresentou o “checklist” de visitas às dependências das cozinhas e refeitórios, realizadas em 17/05/2023, das seguintes unidades escolares, com as seguintes inadequações (**Arquivo 15 deste evento**):

- EMEB Marquês de Rabicó: Piso e paredes rachados, falta de ralo adequado na cozinha e janelas sem tela de vedação;
- EMEB Tiago Felício de Sant’Anna: depósito de alimentos não possui tela de vedação, cozinha não tem ralo e possui lâmpada queimada;
- EMEB Tia Anastácia: possui abertura (alçapão) aberto no forro do depósito de alimentos e lâmpada queimada;



- EMEB Dona Luiza Seno de Oliveira: apresentou ralos não adequados, armazenamento das amostras junto com as carnes e piso da cozinha e refeitório necessitando de higienização com produtos adequados.

Por fim, de acordo com o evento 32.1, o Relator Conselheiro Dimas Ramalho solicitou que o jurisdicionado respondesse sobre o Atendimento Pedagógico Especializado nas unidades de ensino municipais.

Seguem a seguir as solicitações do Relator:

1. Esclarecer como a Prefeitura oferta o Atendimento Pedagógico Especializado em sua rede municipal de ensino (artigo 4º, inciso III da LDB) apresentando:
  - a) quantitativo dos alunos com deficiência que estão matriculados na rede municipal de ensino (ano letivo 2023); e
  - b) dos matriculados em Entidades do Terceiro Setor (AMAs, APAEs etc.) custeadas com recursos do Município que prestam o mesmo tipo de atendimento ou suplementar ao serviço oferecido pela Municipalidade.

O item número 01 foi atendido no Evento 92.1 – Fls.08 e documentos inseridos nos Eventos 92.6/92.7 destes Autos e por meio de declaração enviada para fiscalização (**Arquivo 16 deste evento**).

2. Fornecer a atual composição (representantes da comunidade escolar e da sociedade civil) do Conselho Municipal de Educação, do Conselho de Acompanhamento de Controle Social (CACS) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb);

O item número 02 foi respondido no evento 92.1 – Fls.03/07 pelo jurisdicionado e documentos inseridos nos Eventos 92.2/92.5 destes Autos.

3. Informar como é efetuado o acompanhamento pedagógico dos alunos com deficiência nos moldes da Lei 13.146/2015 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação discriminando:



- a) material didático utilizado;
- b) número de profissionais que efetuam o atendimento;
- c) unidades em que há atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência;

O item número 03 foi respondido no evento 92.1 – Fls.08/09 destes Autos.

4. Sobre as crianças com transtorno do espectro autista, incluídas nas classes comuns de ensino regular, nos termos do Parágrafo único, do art. 3º da Lei 12.764/2012, que terão direito a acompanhante especializado, esclarecer como o Executivo implementou a política pública no âmbito de suas unidades escolares;

O item número 04 foi respondido no evento 92.1 – Fls.09/10 destes Autos.

5. Informar as medidas para receber crianças com deficiência nas escolas municipais, conforme ditames das Leis nº 10.098/2000 e 13.146/2015, de modo a garantir a todo e qualquer aluno com necessidade especial ou mobilidade reduzida, transitar por espaços públicos, sem que sejam encontradas barreiras que impossibilitem o convívio ou trânsito social em áreas de acesso, circulação ou permanência.

O item número 05 foi respondido no evento 92.1 – Fls.10/11 destes Autos.

### **B.3. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SAÚDE (i-Saúde/IEG-M)**

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstrou um bom índice de efetividade, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Saúde	B+	B	B	B

De plano, consignamos que as notas “**B+/B**” obtidas nos quatro últimos exercícios avaliados, embora na faixa de resultado “Efetiva”, ainda que apresentem uma classificação de risco médio, as constatações abaixo mencionadas, evidenciam a **necessidade** de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população.

No exame operacional de políticas públicas do Município relativas aos investimentos em infraestrutura nos Estabelecimentos de Saúde (obras e reformas), que refletem na qualidade dos serviços prestados aos pacientes, procedemos, sob o princípio da amostragem, fiscalização *in loco*, visita em 25/05/2023, conforme a seguir constatado:

- UBS Dr. Clodoaldo Marins Sarti constatamos as seguintes ocorrências:

#### Item 01 - Identificação da Unidade



#### Item 02 - Paredes Externas com pinturas desgastadas, descascadas e com sinais de infiltrações:





**Item 03 - Paredes e laje internas (corredores, consultórios e farmácia) trincadas e com pinturas desgastadas, descascadas e com sinais de infiltrações:**







Instada quanto às condições da referida unidade, a Origem informou que o Executivo Municipal decidiu pela sua futura desativação e reforma para outros fins não citados após a construção de uma nova unidade de saúde em área próxima para um melhor atendimento aos usuários dos bairros adjacentes. No entanto, em visita a essa nova área, realizada em 27/06/2023, verificamos que ainda não se iniciaram as respectivas obras. A placa de identificação informa que a obra, com um investimento total de R\$ 1.091.460,24, deveria ter sido iniciada em 21/06/2022 e concluída em 6 (seis) meses:

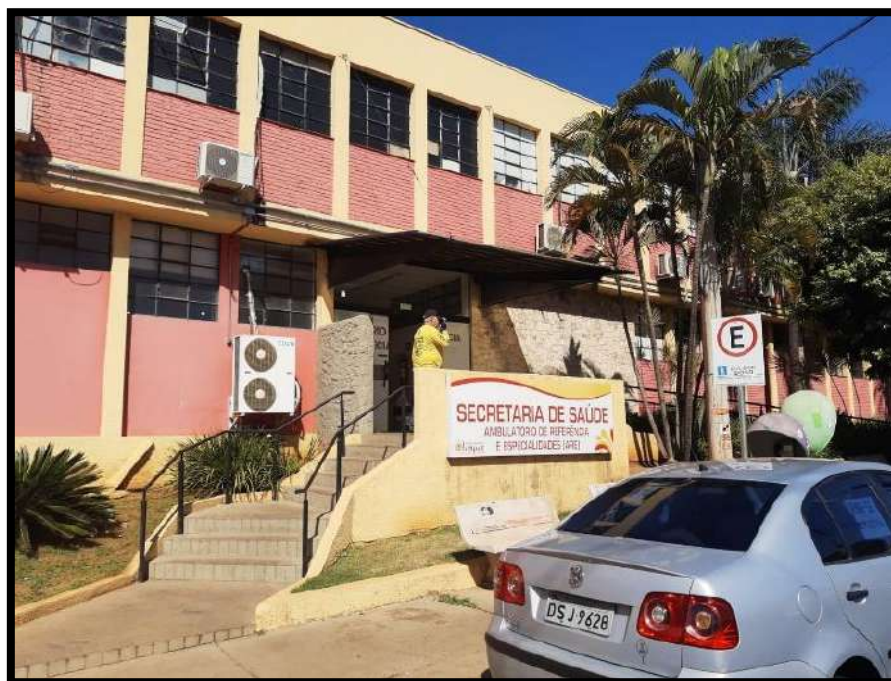


Informamos, adicionalmente, que o atraso na obra não foi informado no Painel de Obras – TCESP<sup>7</sup>.

Observamos que a Origem informa em ofício de 03/08/2023 da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura que a obra foi iniciada, e que devido ao alto índice pluviométrico os serviços tiveram diminuição do ritmo e atraso devido a liberação de recursos do Estado (**Arquivo 07 deste Evento**).

- Ambulatório de Referência e Especialidades que, segundo informado pela Origem, o prédio é do Governo do Estado cedido em “comodato” ao Município de Olímpia, também utilizado como sede da Secretaria Municipal de Saúde, constatamos as seguintes ocorrências:

#### **Item 01 - Identificação da Unidade:**



<sup>7</sup>Link:

[https://paineldeobras.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3AObra%3Apainel\\_obras.wcdf/generatedContent?userId=anony&password=zero](https://paineldeobras.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3AObra%3Apainel_obras.wcdf/generatedContent?userId=anony&password=zero) – Consulta em 01/08/2023.

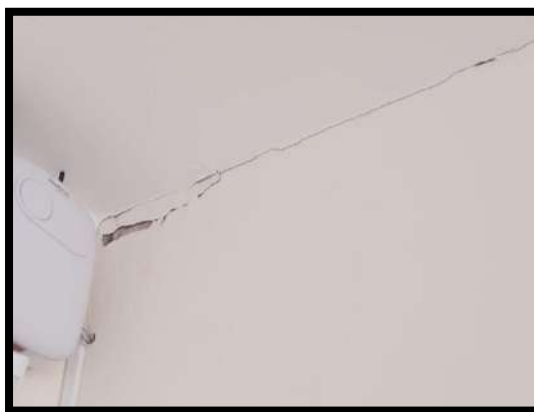
**Item 02 - Paredes trincadas, com pinturas desgastadas, descascadas e com sinais de infiltrações:**











**Item 03 - Portas danificadas:**



**B.4. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (i-Amb/IEG-M)**

Preliminarmente, constatamos que a série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva pequena evolução, conforme segue:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Amb	C+	B	C	C+

De plano, consignamos que as notas “**C/C+**” obtidas nos dois últimos exercícios avaliados, evidenciam a **necessidade** de adoção de medidas no sentido de corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, visando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população.

No exame operacional de políticas públicas do Município apuramos as seguintes ocorrências:

Requisitada quanto à realização ou não da coleta seletiva de resíduos sólidos (coleta porta a porta) e providências para sua regularização, a Origem informou apenas que no município há ponto de entrega de coleta seletiva (ecoponto), onde os resíduos são separados e destinados de forma correta, de acordo com sua categoria, plástico, vidro, metal e eletrônicos (**Arquivo 17 deste Evento**).

No entanto, conforme matéria tratada no item A.4 deste relatório, dentre outras irregularidades apuradas na “III Fiscalização Ordenada de 2023 – Resíduos Sólidos”, foi constatado pela fiscalização que:



- O Município não possui coleta seletiva de resíduos sólidos;
- Existem pontos de descarte irregular de lixo no Município;
- Antes de aterrar o lixo, o Município não realiza algum tipo de processamento de resíduo;
- Os resíduos da Construção Civil não são reutilizados, reciclados ou encaminhados para área de aterro de resíduos da construção civil devidamente licenciada em desconformidade à Resolução CONAMA nº 307/2002;
- Os resíduos da Construção Civil Classe A são destinados, indevidamente, a área não licenciada, onde também há disposição de resíduos da limpeza urbana e de resíduos volumosos.

Observamos que em fiscalização *in loco* anterior a supracitada ordenada, visita em 25/05/2023, quanto às ocorrências acima, efetuamos os seguintes registros:

**- Prédio Municipal – Central de Triagem de coleta seletiva desativada**





Verificamos a existência de área não licenciada com resíduos da construção civil destinados indevidamente, onde também há disposição de resíduos da limpeza urbana e de resíduos volumosos:

**- Áreas compactadas e com movimentação de terra para o aterramento dos resíduos sólidos:<sup>8</sup>**



<sup>8</sup> Ao fundo da segunda foto constatamos resquícios de queimada.



**- Resíduos sólidos com madeiras, plásticos, colchões, materiais eletrônicos e podas de árvores:**





Verificamos, por amostragem o descarte irregular de lixo no município e, em que pese a sinalização sobre a proibição de descarte naquele local, entendemos que a disponibilização de lixeiras fixas ou móveis somente incentivam e perpetuam o referido ponto de descarte irregular. O município deve concentrar seus esforços na conscientização da população, na fiscalização e na atuação dos infratores.





## **B.5. ORIENTAÇÃO PARA AS AÇÕES DA FISCALIZAÇÃO NOS ROTEIROS DAS CONTAS ANUAIS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DE 2023**

Em atendimento à determinação do Relator Conselheiro Dimas Ramalho, contida no Evento 15.1 destes Autos, a fiscalização realizou as verificações sobre os seguintes pontos:

1. Cumprimento da determinação contida na Emenda Constitucional nº 119/2022 para a complementação, até o final de 2023, da diferença a menor dos percentuais de aplicação no ensino que não atingiram valor mínimo constitucional exigido para os exercícios de 2020 e 2021, conforme tratado no Comunicado GP nº 46/2022;

Registramos que nos exercícios de 2020 e 2021 o Município aplicou o percentual mínimo para cumprimento do artigo 212 da CF, não estando sujeito aos ditames da Emenda Constitucional nº 119, de 27 de abril de 2022.

2. Atendimento do disposto na Lei Complementar Federal nº 178/2021 para a eliminação do excesso de despesa com pessoal à razão de, pelo menos, 10% (dez por cento) a cada exercício a partir de 2023, de forma a se enquadrar no respectivo limite até o término de 2032, quando excedidos os limites previstos no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos termos abordados no Comunicado GP nº 46/2022;

Registramos que o Município não estava com o limite de despesa com pessoal excedido ao final de 2021, não estando sujeito aos ditames da Lei Complementar Federal nº 178, de 13 de janeiro de 2021 (art. 15), devendo observar as contagens de prazo e as disposições do art. 13 da LRF.

3. Observância das normas impostas pela Lei Federal nº 11.445/2007 (alterada pela Lei Federal nº 14.026/2020) que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, no que se refere aos requisitos dos contratos, metas de universalização dos serviços, e publicação do plano de saneamento básico até 31/12/2022 (Comunicado GP nº 78/2022);

Em verificação a este item, sob o critério da amostragem, a Origem apresentou os seguintes itens solicitados:

I - a existência de plano de saneamento básico (Instrumento Normativo de aprovação – Lei Municipal n.º 4.763, de 27 de abril de 2022 - e respectivo Plano) **(Arquivo 18 deste Evento)**;

II- a existência de estudo que comprove a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação dos serviços, nos termos estabelecidos no respectivo plano de saneamento básico **(Arquivo 19 deste Evento)**;

III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei – Decreto Municipal n.º 8.673, de 07 de fevereiro de 2023 **(Arquivo 20 deste Evento)**, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização **(Arquivos 21 e 25 deste Evento)**;

IV - a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato **(Arquivo 22 deste Evento)**;

V - a existência de metas e cronograma de universalização dos serviços de saneamento básico **(Fls. 123/125 do Arquivo 18 e Arquivo 23 deste Evento)**;

VI – a existência do instrumento de cobrança pela prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos – Art. 169 da Lei Complementar Municipal n.º 212, de 02 de outubro de 2018 e Decreto Municipal n.º 8.614, de 15 de dezembro de 2022 **(Arquivo 24 deste Evento)**;

VII – a existência de entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico – Decreto Municipal n.º 8.622, de 26 de dezembro de 2022 **(Arquivos 21 e 25 deste Evento)**.

Pelo exposto, no período analisado, não constatamos ocorrências dignas de nota quanto o referido item.

4. Respeito aos prazos de implantação da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, nos termos do artigo 54 da Lei nº 12.305/10, a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Comunicado GP nº 78/2022);

Preliminarmente informamos que o Município de Olímpia com população estimada superior a 50.000 habitantes no Censo 2010<sup>9</sup> (50.024 hab.),

<sup>9</sup> [https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm\\_source=ibge&utm\\_medium=home&utm\\_campaign=portal](https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal) – Consulta em 09/08/2023.

nos termos do art. 54, inciso III da Lei Federal n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010, alterada pela Lei Federal n.º 14.026, de 15 de julho de 2020, tem prazo final de implantação da disposição final ambientalmente adequada de rejeitos até 02 de agosto de 2023.

Requisitada quanto à matéria, a Origem forneceu as seguintes informações:

- Os serviços de coleta de resíduos sólidos domésticos, transbordo e aterro são realizados por empresas terceirizadas e com as respectivas licenças ambientais **(Arquivo 26 deste Evento)**;

- Documentos demonstrando o recolhimento de Lixo Eletrônico, Pilhas, Baterias e Pneus **(Arquivo 17 deste Evento)**;

- Conforme Certidão datada de 08/08/2023, a Origem informa que Resíduos da Construção Civil (RCC) e Podas de Árvores estão passando por processo de separação e triagem no parque ambiental (área não licenciada, conforme constatado pela ordenada de resíduos sólidos – item A.4) e que está passando por obras de melhoria para instalação de usina de reciclagem de RCC e picador de galhos **(Arquivo 27 deste Evento)**.

No entanto conforme matérias tratadas nos itens A.4 e B.4 deste relatório, entendemos que a Origem, no período analisado, não realizou a implantação da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

5. Observância da obrigatoriedade da necessária adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, para a inclusão de conteúdo sobre estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, em cumprimento ao artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei Federal nº 9.394/1996) (Comunicado GP nº 74/2022);

Uma vez apresentados certidão e documentos comprobatórios do cumprimento ao referido item **(Arquivo 28 deste Evento)**, entendemos que no período analisado não constam ocorrências dignas de nota.

6. Uso de veículos: requisitar a relação de todos os veículos de frota, se são próprios ou locados, e em qual Secretaria e setor estão em uso;

Requisitada quanto a matéria, a Origem declarou, em síntese, que não possui veículos locados, que o controle de abastecimento é realizado através de sistema de gerenciamento, utilizando cartão de abastecimento de cada veículo e com senha individual de cada motorista disponibilizado pela empresa “Trivale”, que o controle de manutenção é realizado pelo sistema de frotas, que a autorização de uso dos veículos é feita pelo Secretário da Pasta e o controle de uso é através de sistema de rastreamento possível de verificação por cada gestor responsável e forneceu relação da frota por Secretaria e Setor **(Arquivo 29 deste Evento)**.

Pelo exposto, no período analisado, não constatamos ocorrências dignas de nota.

7. Utilização de imóveis alugados: requisitar a relação completa com todos, informando a Secretaria e setor que os utiliza;

Requisitada a Origem oficiou, relacionou e apresentou laudos de avaliação dos imóveis locados pela Prefeitura Municipal. Instada, informou que em alguns processos de dispensa para locação de imóveis não possuem a avaliação prévia da compatibilidade com o valor de mercado, desatendendo assim ao inciso X, art. 24 da Lei Federal n.º 8.666/93 e art. 74, inciso V, § 5º da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como não realiza nova avaliação para as renovações contratuais, utilizando-se do índice de reajuste previsto em contrato. Uma vez que a Administração Municipal deve sempre procurar a opção mais vantajosa ao erário, entendemos que, da forma que tem se utilizado, a Origem não atende aos princípios da economicidade e interesse público **(Arquivo 30 deste Evento)**.

Outrossim, requisitada, no período em análise, a Origem informou que dos 33 (trinta e três) imóveis locados, 18 (dezoito) não possuem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB **(Fls. 02/05 do Arquivo 07 deste Evento)**.

8. Mão de obra terceirizada: requisitar a relação de todos os trabalhadores terceirizados, com a respectiva função/atribuição e local da prestação dos serviços (Secretaria/setor); e

Requisitada a Origem informou e relacionou um total de 988 (novecentos e oitenta e oito) trabalhadores terceirizados, por meio de Pregão Eletrônico, Pregão Presencial e por Dispensa (Contrato n.º 28/2023), para prestação de serviços e/ou serviços com fornecimento de materiais e/ou equipamentos, para inúmeras funções (auxiliares de serviço, operadores de



máquinas, motoristas, cozinheiras, encarregados de equipe, varredores, coletores, auxiliares administrativos, serviços de recepção, veterinário, serventes de obra, carregadores e ajudantes, auxiliares de limpeza, agente cultura, monitores de apoio escolar, controladores de acesso e portaria, atendentes, médicos, dentistas, monitores por imagem, auxiliares de desenvolvimento infantil, etc.) distribuídas por toda a Administração Municipal (**Arquivo 31 deste Evento**), porém essa matéria será verificada no fechamento do exercício em exame, tendo em vista que no momento, não concluímos sua análise.

9. Com relação aos Conselhos Municipais, que constituem importante ferramenta de participação popular na elaboração, implementação, avaliação e controle de políticas públicas, com importância inserida na Constituição Federal e atuações reguladas por Lei, verificar:

I - Quais são os Conselhos instituídos no município e à qual Secretaria de governo estão vinculados;

II - Se há ampla e irrestrita divulgação da composição dos membros dos Conselhos, das suas reuniões, atas, resoluções e deliberações;

III - Se as reuniões dos Conselhos são abertas ao público, e se o Poder Executivo incentiva a participação dos cidadãos nos debates promovidos;

IV - Se o Município disponibiliza local físico, recursos humanos e tecnológicos necessários à atuação dos Conselhos;

V - Se há uma rotina permanente para divulgação das ações promovidas pelo Conselho; e

VI - Se há apuração de irregularidades apontadas pelos Conselhos e qual o procedimento adotado pela Prefeitura Municipal para endereçar as soluções propostas.

Tendo em vista informações fornecidas pela Origem, por meio das Secretarias Municipais cujos respectivos Conselhos são vinculados (**Arquivo 32 deste Evento**) e verificações efetuadas no período em consultas no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal, sintetizamos a seguir as seguintes constatações:



<b>Secretaria Municipal de Educação</b> (Fls. 01 do Arquivo 32 deste Evento)	
<b>Conselho Municipal de Alimentação Escolar-CAE</b>	
<b>Conselho Municipal de Educação</b>	
<b>Conselho de Acompanhamento e Controle Social – CACS/FUNDEB</b>	
<b>Ampla e irrestrita divulgação</b>	<p>Informação da Origem:</p> <p>É disponibilizado no site municipal os links dos respectivos Conselhos, com cronograma de reuniões Atas e Pareceres e mensalmente é publicado no diário oficial do município as convocações e convite para as reuniões dos conselhos. (Resposta única para os 3 Conselhos vinculados a Secretaria da Educação)</p> <p>– Links:</p> <p><a href="https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/secretarias/312/conselho-de-alimentacao-escolar/">https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/secretarias/312/conselho-de-alimentacao-escolar/</a> - Consulta em 09/08/2023.</p> <p><b>Sim.</b> Disponibilizados todos os itens descritos acima.</p> <p><a href="https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/secretarias/313/conselho-municipal-de-educacao/">https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/secretarias/313/conselho-municipal-de-educacao/</a> - Consulta em 09/08/2023.</p> <p><b>Parcial.</b> Não foram divulgadas as Atas, Pareceres, Deliberações e Cronograma das reuniões.</p> <p><a href="https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/secretarias/314/cacs-fundeb--conselho-de-acompanhamento-e-controle-social-do-fundeb-e-de-valorizacao-dos-profissionais-da-educacao/">https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/secretarias/314/cacs-fundeb--conselho-de-acompanhamento-e-controle-social-do-fundeb-e-de-valorizacao-dos-profissionais-da-educacao/</a> - Consulta em 09/08/2023.</p> <p><b>Parcial.</b> Não foram divulgadas as Atas, Pareceres e Deliberações.</p> <p><a href="https://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/olimpia">https://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/olimpia</a></p>
<b>Reuniões abertas ao público e incentivo de participação dos cidadãos</b>	Sim.
<b>Município disponibiliza local físico, recursos humanos e tecnológicos</b>	Origem não informou.
<b>Divulgação das ações promovidas</b>	Não existe.
<b>Se há apuração de irregularidades apontadas e qual o procedimento adotado</b>	Origem não informou.
<b>Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude</b> (Fls. 02/04 do Arquivo 32 deste Evento)	
<b>Conselho Municipal de Esporte e Lazer</b>	
<b>Conselho Municipal da Juventude</b>	
<b>Ampla e irrestrita divulgação</b>	Informação da Origem:

	<p>Somente divulgado a composição dos membros através do regulamento, quanto as reuniões, atas, resoluções e deliberações não há divulgação.</p> <p>– <i>Links:</i></p> <p><a href="https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/secretarias/309/conselho-municipal-de-juventude/">https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/secretarias/309/conselho-municipal-de-juventude/</a> - Consulta em 10/08/2023.</p> <p><b>Parcial.</b> Não foram divulgadas as Atas, Pareceres, Deliberações e Cronograma das reuniões.</p> <p><a href="https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/servicos/1035/conselhos/">https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/servicos/1035/conselhos/</a> - Consulta em 10/08/2023.</p> <p><b>Não:</b> Não localizamos no <i>Link</i> acima qualquer informação sobre o Conselho Municipal de Esporte e Lazer.</p>
Reuniões abertas ao público e incentivo de participação dos cidadãos	- Sim
Município disponibiliza local físico, recursos humanos e tecnológicos	- Sim
Divulgação das ações promovidas	- Não há
Há apuração de irregularidades apontadas e qual o procedimento adotado	- Não houve apuração de irregularidades
<p align="center"><b>Divisão de Ouvidoria</b> (Fls. 05 do Arquivo 32 deste Evento)</p>	
<p align="center"><b>Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos</b></p>	
Ampla e irrestrita divulgação	<p>Informação da Origem:</p> <p>Referente as atas de reuniões, às mesmas não são postadas no site da Prefeitura, porém, há uma pasta física, com todas as atas, contendo as deliberações e resoluções de cada reunião.</p> <p>– <i>Links:</i></p> <p><a href="https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/secretarias/311/conselho-municipal-de-usuarios-dos-servicos-publicos/">https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/secretarias/311/conselho-municipal-de-usuarios-dos-servicos-publicos/</a> - Consulta em 10/08/2023.</p> <p><b>Parcial.</b> Não foi divulgado Pareceres, Deliberações e o Cronograma das reuniões. Divulgação parcial de Atas.</p>
Reuniões abertas ao público e incentivo de participação dos cidadãos	- Sim
Município disponibiliza local físico, recursos humanos e tecnológicos	- Sim
Divulgação das ações promovidas	- Não há
Há apuração de irregularidades apontadas e qual o procedimento adotado	<p>Informação da Origem:</p> <p>Sim, há apuração de irregularidades apontadas pelo Conselho.</p>

	<p>- Em algumas reuniões, ocorre a participação, mediante convite, de representantes das Secretarias Municipais (servidores, chefes, diretores). São explanadas situações que necessitam de atenção e solicitadas que sejam tomadas as devidas providências, visando melhor funcionamento do serviço público. Quando necessário, são encaminhados ofícios a autoridades, solicitando a devida elucidação de determinados temas</p>
<p align="center"><b>Secretaria Municipal de Saúde</b> (Fls. 06/08 do Arquivo 32 deste Evento)</p>	
<p align="center"><b>Conselho Municipal de Saúde</b></p>	
<b>Ampla e irrestrita divulgação</b>	<p>Informação da Origem:</p> <p>Sim, a convocação das reuniões é publicada em Diário Oficial. Atas com deliberações, até o momento não, porém estão disponíveis para acesso a quem interessar.</p> <p>– Links:</p> <p><a href="https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/secretarias-paginas/48/conselho-municipal-de-saude/">https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/secretarias-paginas/48/conselho-municipal-de-saude/</a> - Consulta em 10/08/2023.</p> <p><b>Parcial.</b> Não foram divulgadas as Atas, Pareceres, Deliberações e Cronograma das reuniões.</p> <p><a href="https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/servicos/1035/conselhos/">https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/servicos/1035/conselhos/</a> - Consulta em 10/08/2023.</p> <p><b>Não:</b> Não localizamos no <i>Link</i> acima qualquer informação sobre o Conselho Municipal da Saúde.</p>
<b>Reuniões abertas ao público e incentivo de participação dos cidadãos</b>	- Sim
<b>Município disponibiliza local físico, recursos humanos e tecnológicos</b>	- Sim
<b>Divulgação das ações promovidas</b>	- Não há
<b>Há apuração de irregularidades apontadas e qual o procedimento adotado</b>	- Sim, quando há apontamentos, estes são levados aos departamentos para elucidação e solução bem como discutidos e explanados em reunião subsequente.
<p align="center"><b>Secretaria de Segurança, Trânsito e Mobilidade Urbana</b> (Fls. 09/10 do Arquivo 32 deste Evento)</p>	
<p align="center"><b>Conselho Municipal de Segurança Pública</b></p>	
<b>Ampla e irrestrita divulgação</b>	<p>Informação da Origem:</p> <p>Informe que a Secretaria de Segurança, Trânsito e Mobilidade Urbana, havia apenas o Conselho Municipal de Segurança Pública criado no dia 25/04/2023, porém ainda não houve a primeira reunião do mesmo, que deverá ser agendada em breve.</p> <p>– Links:</p>



	<a href="https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/servicos/1035/conselhos/">https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/servicos/1035/conselhos/</a> - Consulta em 10/08/2023.  <b>Não:</b> Não localizamos no <i>Link</i> acima qualquer informação sobre o Conselho Municipal de Segurança Pública.
Reuniões abertas ao público e incentivo de participação dos cidadãos	- Prejudicado
Município disponibiliza local físico, recursos humanos e tecnológicos	- Prejudicado
Divulgação das ações promovidas	- Prejudicado
Há apuração de irregularidades apontadas e qual o procedimento adotado	- Prejudicado
<b>Secretaria Municipal de Turismo e Cultura</b> <b>(Fls. 11/12 do Arquivo 32 deste Evento)</b>	
<b>Conselho Municipal de Turismo - COMTUR</b>	
<b>Conselho Municipal de Cultura - CMC</b>	
<b>Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico - COMDEPHACT</b>	
Ampla e irrestrita divulgação	Informação da Origem:  Em todos, as nomeações são publicadas em Diário Oficial do Município, dando ampla divulgação dos participantes, bem como tais atos normativos ficam à disposição da população no site da prefeitura municipal.  – <i>Links:</i> <a href="https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/servicos/1035/conselhos/">https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/servicos/1035/conselhos/</a> - Consulta em 10/08/2023.  <b>Não:</b> Não localizamos no <i>Link</i> acima qualquer informação sobre os supracitados Conselhos Municipais.
Reuniões abertas ao público e incentivo de participação dos cidadãos	- Sim
Município disponibiliza local físico, recursos humanos e tecnológicos	- Sim
Divulgação das ações promovidas	- Sim
Há apuração de irregularidades apontadas e qual o procedimento adotado	Origem não informou.
<b>Secretaria Municipal de Assistência Social</b> <b>(Fls. 13/16 do Arquivo 32 deste Evento)</b>	
<b>Conselho Municipal de Assistência Social</b>	
<b>Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente</b>	
<b>Conselho Municipal da Pessoa Idosa</b>	



<b>Conselho Municipal dos Direitos da Mulher</b>	
<b>Conselho Municipal de Igualdade Racial</b>	
<b>Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência</b>	
<b>Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas</b>	
<b>Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional</b>	
<b>Conselho Municipal da População LGBTQIAPN+</b>	
<b>Ampla e irrestrita divulgação</b>	<p>Informação da Origem:</p> <p>É publicado no Diário Oficial Eletrônico do município Decreto com a constituição dos conselhos, e todas as resoluções e deliberações dos mesmos.</p> <p><b>Conselhos Municipais Ativos:</b></p> <p>Conselho Municipal de Assistência Social Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Conselho Municipal da Pessoa Idosa</p> <p><b>Conselhos Municipais em fase de restabelecimento:</b></p> <p>Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Conselho Municipal de Igualdade Racial Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional</p> <p><b>Conselho Municipal em Implantação:</b></p> <p>Conselho Municipal da População LGBTQIAPN+</p> <p>– Links:</p> <p><a href="https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/servicos/1035/conselhos/">https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/servicos/1035/conselhos/</a> - Consulta em 10/08/2023.</p> <p><b>Não:</b> Não localizamos no <i>Link</i> acima qualquer informação sobre os supracitados Conselhos Municipais.</p>
<b>Reuniões abertas ao público e incentivo de participação dos cidadãos</b>	- Sim
<b>Município disponibiliza local físico, recursos humanos e tecnológicos</b>	- Sim
<b>Divulgação das ações promovidas</b>	- Sim
<b>Há apuração de irregularidades apontadas e qual o procedimento adotado</b>	- Quando há alguma situação que necessite de intervenção, os conselhos recebem todo o apoio da Divisão de Assuntos Jurídicos e da Controladoria do Município.
<b>Secretaria Municipal de Zeladoria e Meio Ambiente</b>	
<b>(Fls. 01 do Arquivo 17 deste Evento)</b>	
<b>Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA</b>	
<b>Ampla e irrestrita divulgação</b>	<p>Informação da Origem:</p> <p>Todas as reuniões e pauta são publicados no diário oficial</p>

	<p>– Links:</p> <p><a href="https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/servicos/1035/conselhos/">https://www.olimpia.sp.gov.br/portal/servicos/1035/conselhos/</a></p> <p>- Consulta em 10/08/2023.</p> <p><b>Não:</b> Não localizamos no <i>Link</i> acima qualquer informação sobre o Conselho Municipal supracitado.</p>
Reuniões abertas ao público e incentivo de participação dos cidadãos	- Sim
Município disponibiliza local físico, recursos humanos e tecnológicos	- Sim
Divulgação das ações promovidas	- Sim
Há apuração de irregularidades apontadas e qual o procedimento adotado	Todas as irregularidades apontadas pelo COMDEMA são passadas para os técnicos ambientais para resolver toda a demanda.

Por todo o exposto, verificamos, a existência de Conselhos Municipais inativos, ausência de divulgação ou divulgação parcial de Atas, Pareceres, Resoluções, Deliberações, Cronograma das Reuniões e Composição de seu Membros da maioria dos Conselhos existentes, que constituem importante ferramenta de participação popular na elaboração, implementação, avaliação e controle de políticas públicas.

## PERSPECTIVA C: FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL

### C.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Em face do contido no artigo 1º, § 1º, da LRF, o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, informamos que não foram identificadas, neste momento, ocorrências dignas de notas, a par dos alertas já emitidos automaticamente pelo Sistema Audep (**Arquivo 33 deste Evento**).

Relatório de Instrução do mês de junho/2023 está colacionado no **Arquivo 34 deste Evento**.

Ressaltamos que a Administração Municipal deve atentar aos alertas automáticos eventualmente emitidos pelo Sistema Audesp, no curso do exercício (**Arquivo 33 deste Evento**).

## **PERSPECTIVA D: FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO ESPECÍFICA NO ENSINO E NA SAÚDE**

No âmbito de nossa amostragem, informamos que foram identificadas ocorrências dignas de notas no subitem tratado a seguir, relativas à aplicação mínima constitucional e legal no ensino.

Informamos que não foram identificadas, neste momento, ocorrências dignas de notas, relativas à aplicação mínima constitucional e legal na saúde.

Consignamos que as análises automáticas das informações prestadas pelo Órgão ao Sistema Audesp, no decorrer do 1º semestre estão consignadas no Relatório de Instrução, cujo teor reproduzimos no **Arquivo 34 deste Evento**.

Ressaltamos que a Administração Municipal deve atentar aos alertas automáticos eventualmente emitidos pelo Sistema Audesp, no curso do exercício.

### **D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO**

Com base nos números apresentados pela Origem ao Sistema AUDESP, que influenciam nos resultados na aplicação do ensino, conforme abaixo demonstrado, temos a informar o seguinte:

Art. 212 da Constituição Federal:	R\$	%
DESPESA EMPENHADA - Recurso Tesouro (mínimo 25%)	36.104.626,88	30,95%
DESPESA LIQUIDADADA - Recurso Tesouro (mínimo 25%)	29.911.499,19	25,64%
DESPESA PAGA - Recurso Tesouro (mínimo 25%)	29.713.812,26	25,47%

Fundeb - Despesa Total - Recursos Recebidos no exerc.:	R\$	%
DESPESA EMPENHADA - Recurso Fundeb (mínimo 90%)	15.920.216,97	75,26%
DESPESA LIQUIDADADA - Recurso Fundeb (mínimo 90%)	15.920.216,97	75,26%
DESPESA PAGA - Recurso Fundeb (mínimo 90%)	15.810.260,44	74,74%

Fundeb - Profissionais da Educação Básica	R\$	%
DESPESA EMPENHADA - Recurso Fundeb (mínimo 70%)	14.819.487,97	70,06%
DESPESA LIQUIDADADA - Recurso Fundeb (mínimo 70%)	14.819.487,97	70,06%
DESPESA PAGA - Recurso Fundeb (mínimo 70%)	14.709.531,44	69,54%

**Dados extraídos do Sistema Audesp:** Relatório de Instrução (**Arquivo 34 deste Evento**);  
Demonstrativos de Aplicação em Ensino (**Arquivo 35 deste Evento**).

Com base nas Despesas Empenhas e Liquidadas, verifica-se que o Município apresenta percentual de aplicação com tendência ao desatendimento do disposto no art. 25, §3º da Lei 14.113/20.

Nos termos do artigo 59, § 1º, V, da LRF, **foi o Município alertado**, por 02 (duas) vezes, consoante Notificações de Alertas (**Arquivo 33 deste Evento**).

## CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

### A.4. FISCALIZAÇÕES ORDENADAS DO PERÍODO

- Irregularidades verificadas na I Fiscalização Ordenada/2023 – Estratégia Saúde da Família – “ESF Dr. Custódio Ribeiro de Carvalho”;
- Irregularidades verificadas na III Fiscalização Ordenada/2023 – Resíduos Sólidos.

### A.5. FISCALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

- Cumprimento parcial de suas atribuições institucionais, conforme preconiza os arts. 31 e 74 da Constituição Federal.

### **B.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M)**

- A Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – (LDO), estabelecem autorizações para aberturas de créditos adicionais suplementares, bem como para a realização de remanejamentos, transposições e transferências de recursos até o limite de 15% da Receita estimada do orçamento, patamar superior à inflação do período, caracterizando insuficiente planejamento orçamentário, bem como desatende às recomendações desta E. Corte;
- A maioria dos programas e ações contidos no Plano Plurianual (PPA) para o período 2022/2025 e na LDO para o exercício de 2022 não estabelecem metas físicas a serem alcançadas, apenas valores percentuais, dificultando a avaliação da eficácia e da efetividade dos programas e ações governamentais, bem como prejudicando o acompanhamento determinado pelo “caput” e inc. I do art. 74 da Constituição Federal.
- Fixação de dotações que não se coadunam com o objetivo estabelecido; incompatibilidade entre os valores previstos nas peças orçamentárias.

### **B.2. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M)**

- Déficit de 483 vagas ofertadas, relativo a listas de espera com 342 vagas para matrículas iniciais e 141 vagas para transferências para ensino infantil (creche), que entendemos indicarem, por parte do Executivo Municipal, a necessidade de um melhor estudo e distribuição das vagas por áreas do município, bem como a construção de novas creches e/ou ampliação de novas salas em bairros com maiores demandas;
- Unidades Escolares necessitando de reformas e manutenção;
- Unidades Escolares com inadequações nas dependências de cozinhas e refeitórios constatadas pelo Conselho Municipal de Educação.

### **B.3. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SAÚDE (i-Saúde/IEG-M)**

- Unidades de Saúde necessitando de reformas e manutenção;
- Construção de nova unidade básica de saúde com começo previsto para 21/06/2022 não iniciada, cujo atraso não foi informado no Painel de Obras - TCESP.

### **B.4. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (i-Amb/IEG-M)**

- Existem pontos de descarte irregular de lixo no Município;

- Antes de aterrar o lixo, o Município não realiza nenhum tipo de processamento de resíduo;
- Os resíduos da Construção Civil não são reutilizados, reciclados ou encaminhados para área de aterro de resíduos da construção civil devidamente licenciada em desconformidade à Resolução CONAMA nº 307/2002;
- Os resíduos da Construção Civil Classe A são destinados, indevidamente, a área não licenciada, onde também há disposição de resíduos da limpeza urbana e de resíduos volumosos.

#### **B.5. ORIENTAÇÃO PARA AS AÇÕES DA FISCALIZAÇÃO NOS ROTEIROS DAS CONTAS ANUAIS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DE 2023**

- Conforme matérias tratadas nos itens A.4 e B.4 deste relatório, entendemos que a Origem, no período analisado, não realizou a implantação da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, nos termos do artigo 54 da Lei nº 12.305/10, a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Comunicado GP nº 78/2022);
- Processos de dispensa para locação de imóveis não possuem a avaliação prévia da compatibilidade com o valor de mercado, desatendendo assim ao inciso X, art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 74, inciso V, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como não realiza nova avaliação para as renovações contratuais, utilizando-se do índice de reajuste previsto em contrato, em desatendimento aos princípios da economicidade e interesse público;
- Imóveis locados pela Prefeitura que não possuem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB;
- Existência de Conselhos Municipais inativos, ausência de divulgação ou divulgação parcial de Atas, Pareceres, Resoluções, Deliberações, Cronograma das Reuniões e Composição de seu Membros da maioria dos Conselhos existentes.

#### **D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO**

- Com base nas Despesas Empenhas e Liquidadas, o Município apresenta percentual de aplicação com tendência ao desatendimento do disposto no art. 25, §3º da Lei 14.113/20.



**TCESP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

Unidade Regional de São José do  
Rio Preto  
UR-08



À consideração de Vossa Senhoria.

UR-08, 31 de agosto de 2023.

**Denis Rogério Caravina**  
*Agente da Fiscalização*